

ENCARTE ESPECIAL

1º Congresso Intercultural da Resistência dos Povos Indígenas e Tradicionais do Maraká'nà – COIREM

Nos primeiros dias de junho, no período de 4 a 9, ocorreu o I Congresso Intercultural da Resistência dos Povos Indígenas e Tradicionais do Maraká'nà – COIREM no campus da UFRRJ em Seropédica. A realização do evento contou com o apoio da ADUR-RJ, conforme deliberação da categoria em assembleia, e do ANDES-SN, que, no 33º Congresso do Sindicato Nacional (Maranhão, fevereiro de 2014), aprovou intensificar, em conjunto com as secretarias regionais e as seções sindicais, ajuda à luta dos povos indígenas. Em reunião do GTPAUA nacional, no início de abril, ratificou-se a resolução congressual e deliberou por mobilizar as regionais e Seções Sindicais do ANDES-SN: “1. Seções sindicais articulem com as etnias indígenas de sua região, para efetivar a participação daqueles no Congresso Intercultural de Resistência dos Povos Indígenas e Tradicionais dos Saberes Maraká'nà – 7 a 12/05, na UFRRJ – Rio de Janeiro” (Circular do ANDES-SN nº 062/14 de 15 de abril de 2014). A data, no entanto, foi alterada para junho em função de questões organizativas do Congresso, que não contou com o financiamento público e nem privado, mas apenas com a solidariedade dos sindicatos. O evento reuniu representações do movimento indígena, quilombola, caiçara e camponês de várias regiões do Brasil, e também contou com manifestações de apoio de lideranças da América Latina.

O COIREM foi uma resposta, sob o ponto da resistência cultural, à política genocida do Estado, que, de forma etnocêntrica e autoritária, busca o favorecimento dos interesses de empresários do agronegócio, de latifundiários e empreiteiros, em detrimento do direito dos povos indígenas à demarcação de suas terras. Importante mencionar ainda as constantes ameaças de morte e os assassinatos de lideranças, sobretudo no Centro-Oeste do país, que reivindicam o direito à autonomia e à sobrevivência.

Neste encarte especial, apresentamos o documento final aprovado no evento, que sintetiza algumas das principais deliberações em respeito à causa indígena. Ainda ofertamos ao leitor uma entrevista com o Professor Waldir Bertúlio, sanitarista, professor aposentado da UFMT, e pesquisador na área de saúde pública. Como base do ANDES-SN, ele prossegue em sua luta pela garantia de direitos aos povos indígenas e quilombolas, participando ativamente das instâncias deliberativas do Sindicato Nacional e acompanhando as discussões estabelecidas no âmbito do Grupo de Trabalho Classe, Etnicorraciais, Gênero e Diversidade Sexual – GTPCEGDS.

Há ainda a entrevista com o Mário Ney Rodrigues Salvador, indígena terena da Aldeia Lalima, no município de Miranda, no Mato Grosso do Sul. Mário, que é doutorando do curso de Ciências Sociais do CPDA da UFRRJ, também comenta a importância do COIREM.

Boa leitura!

“Não é possível confiar nesse governo em relação às populações indígenas e quilombolas, porque eles fizeram acordo com o mercado e o agronegócio”

Waldir Bertúlio é sanitarista, professor e pesquisador na área de saúde pública. Anistiado político, foi perseguido por ter sido um dos fundadores da Associação de Docentes da Universidade Federal do Mato Grosso - ADUFMAT, no final da década de 1970, quando foi demitido daquela instituição de ensino nos estertores do enfrentamento da ditadura militar. Após novo concurso público, retornou, oito anos depois, como professor do curso de Medicina, posteriormente ligado ao Instituto de Saúde Coletiva da UFMT. Foi ativista do Movimento Negro Unificado, quando, na visão dele, este era combativo e autônomo. Hoje, aposentado, prossegue em sua luta pela garantia de direitos aos povos indígenas e quilombolas, participando ativamente das instâncias deliberativas do ANDES-SN e acompanhando as discussões estabelecidas no âmbito do Grupo de Trabalho Classe, Etnicorraciais, Gênero e Diversidade Sexual – GTPCEGDS. Nesta entrevista, o professor comenta sua expectativa em relação ao I COIREM.



FOTO: Aline Pereira

IMPORTÂNCIA EM DISCUTIR A TEMÁTICA

INDÍGENA NA UFRRJ - Acho que retoma a discussão da luta internacional pelas reparações, a partir do Povo-Território Maracanã, chamando para a conjuntura das perdas de direitos. Qual ensino, qual Universidade para os povos indígenas? Senão, para todos. Chamar a academia para refletir sobre o eurocentrismo e a descolonização. Sobretudo, um marco nesta urbe sangrenta, como disse Franz Fanon, para a resistência, enfrentamento e busca da dignidade para os “deserdados da terra”. Relevante é a ADUR-RJ assumir este acolhimento, retomando o congresso do andes-sn aqui no RJ, onde se definiu a articulação e apoio aos movimentos sociais autônomos, como vem pautando os últimos congressos. É preciso desfeudalizar a universidade. Estes tempos de crises e vastas contradições são espaços de um grande laboratório para repensar o país e sonhar, fortalecer a utopia, acreditar que podemos alcançar um verdadeiro mundo melhor. A função do professor é compartilhar, aprender, produzir conhecimento, conhecer a realidade e levar a universidade para as necessidades do nosso povo. Neste encontro, é possível estimular para que a academia mostre sua cara, exponha seu estranhamento. O andes-sn é uma raríssima entidade sindical que mantém sua autonomia, maioria esmagadora está cooptada e entregue à malversação política. Faz algum tempo que venho produzindo Textos Resoluções – TRs no ANDES-SN em cima da questão da negritude, do racismo, da questão indígena e quilombola. Temos uma PAUTA SOBRE POVOS indígenas. Hoje, ocorre a opressão inominável sobre o povo Guarani Kaiowá, G.nhandeva, Terenas, Kadiwéus no Mato Grosso do Sul, “campeão” de assassinato de índios no Brasil, e toda a luta que envolve o direito à demarcação e retomada das terras originais. No MT, o povo xavante, após muita luta, teve os invasores desintrusados -- este é só o primeiro momento. Os governos Lula e Dilma foram os que mais avançaram, após a ditadura, na aliança “governabilidade” com ruralistas no capitalismo abutre, onde a dignidade e direitos humanos são fagocitados a favor de todos interesses anti-indígenas, quilombolas e populações tradicionais. No governo Lula, só houve

sete demarcações, no de Dilma, apenas três!

Nas ações paralelas à última Rio+20 (2012), viemos com o povo Xavante, ouvimos os depoimentos das lideranças, do cacique Xavante, relatando os grandes casos de violência em Mato Grosso e em outros Estados do Centro-Oeste, devido ao agronegócio, às ações de fazendeiros. Ocorreram assassinatos de lideranças, mártires como João Bosco Burnier, Vicente Cãnas, o assassinato impune de Osiel Terena e tantos outros. Existe ameaça permanente à pessoa de Dom Pedro Casaldáliga, ícone do ativismo em defesa da causa indígena. Dom Tomás Balduino, que morreu recentemente, também foi de extrema importância para a nossa causa, pois lutou pelos direitos dos indígenas em todo Brasil, a partir de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás. Estas memórias são importantes, pois, estas pessoas enfrentaram batalharam pela causa indígena no Brasil enfrentando, inclusive, o próprio conservadorismo da Igreja Católica, sustentando posições totalmente contra-hegemônicas. Dentro e contra a Ditadura militar, onde também precisamos revelar suas atrocidades contra os povos indígenas, como mostra o relatório Figueiredo. Dom Tomás nos deu muito apoio no contexto de fundação da Associação de Docentes da UFMT e a construção da então nascente Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior, a origem do Andes-SN. À época, contestávamos a reforma universitária de 1967, conduzida pelo Coronel Meira Mattos. Era o Projeto ATCON, Acordo Mec-USAID. Denunciávamos que a Amazônia era o grande fulcro da penetração prospectiva do capital no campo, questionávamos a Geopolítica do governo militar. A luta docente nasceu a partir das contradições agudíssimas, que estão colocadas com o movimento de trabalhadores, especialmente nas áreas industriais de São Paulo, no grande ABC; no Rio de Janeiro; nas grandes capitais. Envolve a questão ambiental, o direito a terra. Nesse sentido, realizar um encontro na UFRRJ é muito significativo, porque esta instituição é um núcleo formador de recursos humanos.

Assim, questionamos: a formação dos nossos futuros

profissionais estará voltada qual perspectiva; do modelo macroeconômico voltado lucro e ao mercado, ao agronegócio predatório como aí está? Eles são preparados a partir de uma política da Ciência voltada aos interesses e necessidades do nosso povo, abastecimento alimentar, valorizando saberes, cosmologias que a academia não domina e despreza? Ainda estamos sob o projeto da ditadura militar, que é estabelecer a dependência e a produção de matéria-prima para exportação, enquanto o nosso povo passa fome, convivendo com desigualdades abissais. Existem altíssimas perdas na produção agrícola, tanto da agricultura quanto da pecuária, o avanço destrutivo do desmatamento, dos venenos, biocidas, da modificação genética como fonte de lucro, da desregulamentação dos direitos indígenas e dos quilombolas, da expropriação e extermínio não só de populações, como da biodiversidade. Existe uma epidemiologia da saúde e da agricultura convergindo com o genocídio. Na Amazônia legal principalmente, há projetos massacrantes de hidrelétricas, invadindo territórios indígenas e tradicionais; a sanha da mineração, o mercado de carbono com o REDD; verdadeiras expropriações de direitos que o governo passa como trator junto com a bancada ruralista e evangélica. Não basta o que os Salesianos cometeram contra povos indígenas em MT e Alagoas. Então, a Universidade deveria ser um núcleo de reflexão sobre como se tece o modelo de ocupação territorial, ambiental, agropecuária brasileira e sobre como a instituição está se comportando perante essa perspectiva, em seu eixo central que é a cultura, significada burocraticamente em Ensino, Pesquisa e Extensão. Não pode existir ensino de qualidade sem a produção de conhecimentos. O conflito é, qual ensino, pesquisa e extensão? A favor de quem/ Contra quem?

Há um pensamento de reformulação? Há perspectiva de conduzirmos uma resistência a esse processo predatório, onde a macroeconomia determina o mercado, este último como o Deus de todo o processo de ocupação do território brasileiro? Fizemos a proposta do encontro Guarani-Kaiowá, que aconteceu em Mato Grosso do Sul. Incorporamos o projeto do povo Marak'ã, considerando a importância da discussão, que é extremamente importante, principalmente nesse campo do processo migratório, de urbanização, de expropriação do campo, da concentração violenta de terras, onde nós temos milhares de índios desaldeados, urbanizados. Muitos vivendo na mais extrema miséria, sem acesso à educação, às políticas básicas; como ocorre ainda com boa parte da população brasileira nesse processo irrestrito de desigualdade, que hoje está em seu limite máximo, inclusive.

O COIREM é um grande momento vitrine para mostrar as condições que o governo brasileiro, dentro das perspectivas dos direitos humanos, vem tratando os povos originários, os povos ribeirinhos, os povos indígenas, o povo negro, os quilombolas. Esses povos são vítimas das mais brutais desigualdades e violências. Basta olhar os indicadores de homicídios; Mato Grosso do Sul é o primeiro em assassinatos de lideranças indígenas, de índios. Este encontro deve ser um momento de denúncia internacional, de algumas especificidades que, inclusive, não são conhecidas. Temos um governo que tem desrespeitado os povos tradicionais, que está desregulamentando tudo em cima de um projeto de poder onde princípios não estão colocados como essenciais.

A expectativa em relação ao COIREM é muito grande, no sentido de dar voz as lideranças que estão no campo da luta autônoma pelos seus direitos. Cumpriremos com nosso papel de apoiar

a luta desses povos concretamente; é preciso tomar medidas de enfrentamento, para apoiar a luta dos povos tradicionais, em nível nacional; dar visibilidade aos grandes problemas enfrentados por esses povos em relação à apropriação abusiva de políticas governamentais, transformadas em desapropriações de terra e de direitos. O CAPITALISMO TEM COMO ENZIMA DE AVANÇO E PERPETUAÇÃO A PRODUÇÃO DE MISÉRIA E DESIGUALDADES.

O I COIREM, na UFRRJ, surge como um facho pontente de força e de luz. A Universidade tem que deixar de ser um projeto emburrecedor, na perspectiva dos projetos político-pedagógicos e da sua função social. Ela não pode se restringir, se fechar em redoma, tem que entrar no combate. Nosso desafio maior, enquanto Sindicato, é justamente esse.

AVALIAÇÃO DA PEC 215 - A base aliada do governo vota a PEC 215, que transfere a tarefa de demarcação de territórios indígenas e áreas quilombolas do Poder Executivo para o Congresso Nacional. A portaria 203 da Advocacia Geral da União é uma complementaridade à PEC e, mais uma vez, se coloca contra as populações indígenas. Temos, então, um avanço sobre a desregulamentação das terras indígenas e quilombolas. É um golpe legislativo que significa a morte da perspectiva das retomadas da terra, da ampliação necessária das terras. O governo dá os braços aos grandes banqueiros, rentistas e empreendedores, que são expropriadores das riquezas e da força de trabalho nacionais. A corrupção foi naturalizada. Essas legislações já vêm num conjunto articulado de endereços, com o intuito de fazer com que as riquezas naturais se transformem em projetos de mercado, sem se preocupar com o impacto violento a esse processo cultural e social. O código florestal foi um pesado golpe. O Congresso Nacional tem centenas de Projetos de Leis em trâmite, como a PEC da mineração, que podem ser votados a qualquer momento. Lula da Silva, Dilma e o PT fazem qualquer coisa indecorosa para se manterem no poder. É incalculável o prejuízo à esperança de mundaça que acalentamos, após a consolidação no poder que o Partido impôs. Além da PEC 215, é preciso falar sobre a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação florestal - REDD, que envolve o mercado de carbono. Ele é de interesse das nações centrais – especialmente EUA -- que impõem expropriação total nos contratos com as tribos indígenas, além de reservas de matas e florestas. Ao assinar os contratos, muitas vezes enganados por alguns poucos benefícios, eles perdem todos os direitos aos seus bens, aos seus recursos naturais, a sua biodiversidade. Existem alguns contratos já assinados. Os indígenas não têm direito, por muito tempo, a nada sobre os territórios deles. Não é possível confiar nesse governo em relação às populações indígenas e quilombolas, porque eles fizeram acordo com o mercado e o agronegócio. Essa é uma fala do Conselho Indigenista Missionário - CIMI, ao final de um encontro realizado por nós em Dourados. O COIREM tem a importância da autonomia, de dar voz às vítimas da opressão e genocídio, à discussão política no país em relação a direitos humanos, em relação a uma pauta que está assinada em acordos internacionais e que o Brasil não cumpre. Para o capitalismo, todos somos periferia! E nós temos um grande momento pra denunciar isso em nível nacional e internacional e estabelecer uma relação orgânica com esses movimentos sociais. O grito dos Terenas, Guaranis-kayowás é: "PASSAR, SÓ POR CIMA DOS NOSSOS CADÁVERES, NÃO ESPERAREMOS MAIS, FAREMOS NÓS MESMOS AS DEMARCAÇÕES".



COIREM E A AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE INDÍGENA -

O COIREM é justamente uma representação dos povos indígenas que resistem a política implantada pelo Estado e às tentativas de assimilação. A integração dos povos indígenas à sociedade tradicional não prevaleceu, por mais que a gente tenha absorvido determinadas práticas culturais dessa sociedade, que a gente talvez possa considerar como invasora do nosso território. Apesar disso, nós não perdemos os nossos aspectos culturais. Então existe, o que podemos chamar, de uma fronteira étnica, em que você delimita esses espaços. Me relaciono com as populações não indígenas e eu, de fato, não deixo de ser indígena. É isso que consigo observar nessa sociedade complexa, em que os indígenas estabelecem essa relação com não-indígenas, mas onde quer que ele for ele será indígena. Vivemos um processo de auto afirmação dessa identidade, com os indígenas se reconhecendo enquanto indígenas; em um outro estágio. Nós somos indígenas, nós podemos nos inserir na sua sociedade, podemos viver, podemos nos relacionar com vocês, mas a nossa identidade permanecerá. Acho que isso fica claro nesse contexto que a gente vive de modernidade e pós-modernidade, a gente não pode negar. O fato dos indígenas terem bem materiais, de ter, talvez, algum acesso à educação formal, à Universidade, isso não tira a sua identidade indígena. Vem justamente fazendo o processo inverso, de reafirmar essa identidade.

“A legislação que corre no congresso nacional é justamente a dizimação dos povos indígenas”

Mário Ney Rodrigues Salvador, indígena terena da Aldeia Lalima, no município de Miranda, no Mato Grosso do Sul, é doutorando do curso de Ciências Sociais do CPDA da UFRRJ. Ele participou do 1º COIREM e também comenta a importância do evento.

POSSIBILIDADES DE LUTA APONTADAS PELO COIREM -

Houve a possibilidade de construirmos uma rede de parceiros, assim como uma rede de fortalecimento do movimento indígena, principalmente com os povos que habitam centros urbanos. Para os indígenas que estão no interior do Brasil, ainda há um abismo, digamos assim, entre, por exemplo, a Aldeia Maracanã e os demais movimentos. Acho que essa foi justamente a intenção do COIREM, de aproximar o movimento daqui do Rio de Janeiro com o movimento nacional, fortalecendo-os, já que eles estão na luta por um determinado território indígena. Uma coisa são eles lutarem sozinhos aqui, no Rio de Janeiro, outra coisa é falarem em nome de uma população de nível nacional. Então, a gente constrói esse espaço, e a partir deles, a gente tem uma rede de parcerias que nós podemos estar solicitando o auxílio e tudo aquilo que pode ser importante para o movimento indígena que está localizado no interior.

“O COIREM é justamente uma representação dos povos indígenas que resistem a política implantada pelo Estado e às tentativas de assimilação”, Mário Ney

LEGISLAÇÕES -

Essas legislações que se constroem dentro do Congresso Nacional, e dentro do próprio Estado brasileiro são, certamente, a continuidade de uma repressão que já vem perdurando por mais de cinco séculos. Então, o processo de colonização permanece; ele não teve um fim. E é justamente isso que se está tentando construir nos seus aspectos legais. A PEC 215, a portaria 203 e outros Projetos de Lei que correm no Congresso Nacional são justamente a tentativa de determinar, de fato, o extermínio das populações indígenas. Você paralisa os processos de demarcação territorial, que são de fundamental importância para a sobrevivência

dos povos indígenas; para a sua autonomia, produção e reprodução cultural, social, organizacional e política. O Estado tem o outro projeto para este tipo de população, que é, pelo o que a gente percebe, justamente estar trazendo essa população não como parte efetiva da sociedade nacional. Não achamos que dentro do Estado os indígenas terão o seu espaço, a não ser, por exemplo, como trabalhador rural ou um povo marginalizado da sociedade nacional. Esse é o espaço que tem sido destinado para os povos indígenas. A legislação que corre no congresso nacional é justamente a dizimação dos povos indígenas. Então, é mais um meio de afrontamento para a autonomia, para a vida digna desses povos.

Este encarte acompanha a edição nº 163 do **ADUR INFORMA**, que é uma publicação da Associação de Docentes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seção Sindical do ANDES – SN

End.: Rod. BR 465 – Km 7 (Km 47 da Antiga Estrada RJ-SP) /
Campus da UFRRJ - Seropédica - RJ - CEP: 28851-970 - Caixa Postal: 74537

Comissão Editorial: Alexandre Mendes, Camila Daniel, Graciela Garcia, Grasiela Baruco, Heitor Fernandes, João Telhado Pereira e Luciano da Silva Alonzo
Redação, diagramação, fotos e edição: Aline Pereira - Registro Profissional : 25163 MTB/RJ/
Redação e fotos: Jéssica Rodrigues (estagiária)
Tiragem: 1500 exemplares - Fotolito e impressão: Gráfica Valmar